

**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 231/2023**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023, no **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, registram-se o(s) preço(s) da empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para a **contratação de empresa prestadora de SERVIÇO DE VEICULAÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, EM CANAL DE TV ABERTA**, com alcance em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, decorrente da realização do **Pregão Eletrônico nº 231/2023**. As especificações técnicas constantes no **Processo Administrativo nº 18.655/2023**, assim como os termos da Proposta Comercial – Anexo III, e demais Anexos do edital de licitação, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	MARCA	QUANT.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND		20		
2	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND		10		
3	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND		20		
4	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND		20		
5	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND		10		
6	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND		20		

7	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND		50		
8	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND		20		
9	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND		25		
10	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND		10		
11	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 19h às 20h (de segunda à sexta)	UND		30		
12	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 16h às 18h (aos sábados)	UND		15		
13	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (aos domingos)	UND		15		
14	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (aos domingos)	UND		20		
15	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND		5		
16	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND		10		
17	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 21h (aos domingos)	UND		25		
18	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 21h às 23h (aos domingos)	UND		25		
<b>TOTAL GERAL:</b>							

## 1 DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## 2 DO PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo, não podendo ser prorrogada.

## 3 DA FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – A forma de realização do serviço está descrita no Termo de Referência, ANEXO

I, parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

#### 4 REVISÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO deverá:

4.2.1 - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.2.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

4.2.3 – Convocar os demais fornecedores, constantes do cadastro de reserva, visando igual oportunidade de negociação.

4.3 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços observará a classificação original.

4.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar o fato e não puder cumprir o compromisso, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, **a ser protocolado antes do pedido de fornecimento**, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação nos preços praticados no mercado, frustrada a negociação o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO poderá:

4.4.1– Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.4.2– Convocar os demais fornecedores, constantes do cadastro de reserva, visando igual oportunidade de negociação.

4.5 – Não havendo êxito nas negociações, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços,

adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 - Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido. Os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.7 - Aplicação do índice de reajuste se fará a requerimento da contratada.

4.8 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

4.9 - Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.10 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.11 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.12 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento de contrato.

## **5 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2 - O cancelamento do seu registro poderá ser:

5.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a

perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

**5.2.2 - Por iniciativa do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:**

**5.2.2.1 - Quando o fornecedor registrado:**

- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não retirar a nota de empenho, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sem justificativa aceitável;

**5.2.3 - Pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.**

**5.2.4 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.**

**6 CADASTRO DE RESERVA**

**6.1 – Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.**

**OU**

**6.2 – Conforme registrado no Anexo A dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva de Reserva do(s) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por item/grupo do objeto (se for o caso) pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.**

**6.3 – A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de**

classificação.

6.4 – A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital de licitação.

6.5 – Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

## **7 DAS PENALIDADES**

7.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

7.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

7.1.2 - Apresentar documentação falsa;

7.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

7.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.1.5 - Não manter a proposta;

7.1.6 - Cometer fraude fiscal;

7.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo.

7.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.3 - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

7.3.1 - Advertência;

7.3.2 - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias

úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

7.3.3 - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso);

7.3.4 - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

7.3.5 - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

7.3.6 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.3.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

7.4 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

7.5 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**7.6** - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.



## **8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 - Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 - Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissionais designados para este fim, em conformidade com o contrato;

8.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

8.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

8.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

8.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

8.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **8.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.3 - Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

8.3.1 - Garantir que eventuais serviços necessários à substituição e ou manutenção de equipamentos não interfiram na qualidade e/ou provoquem a interrupção da distribuição do sinal, nos horários estabelecidos para a transmissão.

8.3.2 - Indicar representante técnico com competência para proceder ao acompanhamento, fiscalização e informações sobre a execução do objeto.

8.3.3 - Apresentar, quando solicitado, indicadores de alcance de transmissão (audiência) por dia e horário de exibição, em cada município.

8.3.4 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela veiculação do material, sem ônus para o Município, nos casos de incorreções.

8.3.5 - A CONTRATADA deverá permitir que a execução dos serviços seja acompanhada pela Secretaria de Gabinete do Prefeito.



8.3.6 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.3.7 - Ser o único responsável por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

8.3.8 - Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, provenientes da prestação do serviço, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público Municipal.

8.3.9 - Manter durante a futura contratação, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.3.10 - Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

8.3.11 - Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição ou ordem de serviço, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável.

8.3.12 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que a prestação do serviço vier causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

8.3.13 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do Município de Nova Friburgo/RJ.

8.3.14 - Cientificar, imediatamente, à Secretaria de Gabinete do Prefeito e/ou ao servidor designado / Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, qualquer ocorrência

anormal durante a execução contratual.

8.3.15 - Enviar obrigatoriamente, juntamente com a nota fiscal, cópia das certidões negativas do INSS, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS.

## 9 INSTRUMENTO DE AJUSTE

9.1 A licitante vencedora será convocada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VI deste edital.

9.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

9.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal.

9.4 - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.5 - Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

## 10 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente ata correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10.1.2.	Elemento de Despesa:	33.90.39.10
10.1.3.	Fonte de Recurso:	150000000000
10.1.4.	Programa de Trabalho:	02002.0413100022.006

## 11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

11.2 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

11.2.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.2.2 - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.2.3 - FGTS;

11.2.4 - PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.2.5 - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.2.6 - Estadual CND – referente ao ICMS.

11.3 - A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido;

11.4 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11.5 - O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 258/18.

11.6 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

## 12 - CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

---

**MAYRA MARTINS**

Secretária de Gabinete  
Matr.: 62.003

---

Empresa

#### **CADASTRO DE RESERVA – ANEXO A DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.



<b>XXª Classificada</b>			
<b>Empresa:</b>			
<b>Endereço:</b>			
<b>CNPJ:</b>	<b>E-mail:</b>		<b>Telefone:</b>

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
...						
TOTAL REGISTRADO						

**MAYRA MARTINS**  
Secretária de Gabinete  
Matr.: 62.003

\_\_\_\_\_  
Empresa

\_\_\_\_\_  
Empresa